

Mensalidades: o controle pode voltar.

Um assessor direto do ministro Mailson da Nóbrega revelou ontem que o titular da Fazenda está disposto a rediscutir o Decreto 95.720, que concedeu liberdade vigiada de preços para as escolas particulares, "desde que o ministro da Educação, Hugo Napoleão, o procure com esta finalidade", o que não tinha acontecido até o início da noite. O auxiliar acrescentou que o ministro da Fazenda não tem opinião formada sobre o movimento para a revogação ou modificação do decreto que liberou os preços das mensalidades escolares, "mas está acompanhando atentamente os protestos de pais de alunos por todo o País".

A posição de Hugo Napoleão, por enquanto, é deixar a decisão para depois da reunião que terá, na próxima quarta-feira, com a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) e com sindicatos que representam as escolas particulares dos vários Estados. O MEC pediu à Fenen que leve à reunião as planilhas de custos de todas estas escolas, o que possibilitará um levantamento dos preços praticados antes (em dezembro de 1987) e depois de entrar em vigência o decreto que liberou o preço das mensalidades. O ministro da Educação garantiu que "haverá punição para as escolas que tiverem cobrado aumentos extorsivos".

Confirmado o abuso, um dos critérios de punição estudados seria fixação pelo governo, através de decretos, da mensalidade autorizada para aquela escola. O MEC acredita que menos de 5% das 35 mil escolas particulares do País estariam praticando aumentos excessivos. Esta porcentagem, se confirmada, possibilitaria ao Ministério a fixação caso a caso da mensalidade.

Hugo Napoleão mostrou-se também irritado com as informações de que algumas escolas estão fazendo o cálculo das mensalidades em OTNs: "Sou radicalmente contra a otentização. Ela é um abuso e não será permitida".

Hugo Napoleão lembrou, em tom de ameaça, que o Ministério da Fazenda é favorável à manutenção da liberdade vigiada para as mensalidades, "mas poderá rever o decreto dependendo dos argumentos que o MEC apresentar".

Defensores do decreto

Assim, parece que em ambos os ministérios a manutenção da liberdade vigiada nos termos atuais não é uma questão fechada. Um dos técnicos da Fazenda que trabalhou na elaboração do decreto empenhou-se ontem em defendê-lo, o que é mais um sintoma de que não há consumo na questão.

Segundo tal funcionário, a rápida elevação das mensalidades — em níveis até superiores a 100% em relação ao valor de dezembro último — "aconteceria de qualquer maneira, mesmo que as escolas continuassem sob o controle de preços do governo". E justificou: os professores dos estabelecimentos particulares de ensino tiveram, de janeiro para cá, dissídios coletivos e reajustes com base na URP, sendo que os salários dos educadores representam 60 a 85% dos custos das escolas. Assim, segundo seus cálculos, caso ainda persistisse o controle oficial, o governo fixaria as mensalidades em níveis semelhantes aos adotados espontaneamente pelas escolas.

E a defesa da liberdade vigiada também era feita, ontem, por representantes das escolas particulares que foram levar suas posições ao secretário-geral do MEC, Luiz Bandeira: os presidentes da Associação Brasileira de Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior (ABM), Cândido Mendes, e da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (Abesc), Waldeimar Valle Martins.

De acordo com Cândido Mendes, o decreto que libera as mensalidades mal começou a vigorar. A sua revogação imediata poderia ate comprometer o prestígio do MEC, "que deve fazer valer, no entanto, o princípio de que a liberdade é vigiada e os preços não estão livres".

Neste sentido, a ABM e a Abesc concordam com a punição dos abusos, discordando, porém, quanto ao enquadramento da otentização nesta categoria: "Está se fazendo muita confusão sobre o assunto. Deve-se ressaltar que a OTN foi só 1,76% maior do que a URP", diz o padre Waldemar.

Os mantenedores propõem que o MEC considere como justos, para o ensino superior, os aumentos que levem em conta os seguintes pesos: 70% com gastos em pessoal; 12% para outros custos; 6% para material; 3% como cota de depreciação do imóvel; e 9% com impostos e encargos.

Um grupo de mães de alunos do colégio Pentágono pretendia fazer ontem uma manifestação contra o aumento das mensalidades, defronte às instalações da rua Caiubi, em Perdizes, mas acabou se limitando a uma conversa com a diretora que, apresentando uma planilha de custos, justificou o reajuste. Como não houve sequera promessa de um reexame do índice aplicado pela escola, as mães saíram decepcionadas e dizendo-se dispostas a fazer "muito barulho" nos próximos dias, na entrada das seis unidades do Pentágono.

Uma das mães queixava-se de que a escola havia ultrapassado "os limites do bom senso". Segundo dados fornecidos pelo próprio colégio, as mensalidades do primeiro grau passaram de Cr\$ 3.768,00 em fevereiro, para Cr\$ 10.061,00 em março, com um reajuste de 167% para o segundo grau, foi estipulada uma mensalidade de Cr\$ 12.527,00. A diretora administrativa do Pentágono, Nazareth Pettinazzi, argumenta, no entanto, que as mensalidades estavam defasadas: "Em fevereiro, quando cobrávamos Cr\$ 3.768,00, o nosso custo real com o primeiro grau era de Cr\$ 5.918,00. O que fizemos agora foi aplicar 70% — relativos aos reajustes dos professores e à correção dos aluguéis dos prédios — sobre o nosso custo real, que já deveria ter sido acertado muito antes".

Nazareth Pettinazzi acrescentou que os casos especiais vão ser estudados separadamente e, dependendo da situação momentânea dos pais desses alunos, os custos poderão ser revistos". Mas diz não temer qualquer tentativa de os pais retirarem em massa seus filhos do colégio. "Isso eu acho que não vai acontecer, porque estamos com todas as vagas preenchidas e oferecemos um padrão diferenciado de ensino. Como mãe e educadora, acho que a educação é o melhor investimento. É preferível cortar alguns gastos superfluos e investir nos filhos", concluiu.